

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.635 - SP (2018/0313249-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **SERGIO DE MEDEIROS CORTEZ**
ADVOGADOS : **MARCELO STOCCO - SP152348**
CARLOS ANDRÉ BENZI GIL E OUTRO(S) - SP202400
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SERGIO DE MEDEIROS CORTEZ contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (e-STJ fl. 585):

PENAL. PROCESSO PENAL. DESCAMINHO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IN APLICABILIDADE. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. PRESENTES A COMPROVAÇÃO DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PEDIDO NEGADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. RECURSO DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1. Interposição de recurso apelativo da defesa que pleiteia a nulidade do processo a partir da sentença por falta de correlação com a denúncia. Mera capitulação acerca da descrição dos fatos, ato plenamente válido pela legislação penal, conforme preceitua o artigo 383, do Código de Processo Penal, motivo pelo qual afastado a preliminar de nulidade.*
- 2. A reiteração delitiva impede o reconhecimento da irrelevância penal da conduta e afasta a aplicação do princípio da insignificância quanto ao delito de descaminho.*
- 3. Uma das circunstâncias judiciais valorizada negativamente afastada. Redução da pena-base.*
- 4. Recurso da defesa parcialmente provido.*

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, a parte recorrente reputa contrariado o art. 109, I, da CF, os artigos 108, §1º, 109 e 383 do CPP e o art. 20 da Lei n. 10.522/2002 (e-STJ fls. 587/612).

A defesa sustenta, em síntese: (i) a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o caso concreto, sob o argumento de que a conduta imputada ao recorrente – manter em depósito 4.720 (quatro mil, setecentos e vinte) maços de cigarros de origem estrangeira, para fins de comércio – carece de transnacionalidade; (ii) a violação ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença, já que a capitulação do fato delitivo na denúncia remete à prática do crime de descaminho, e não de contrabando; (iii) a incidência do princípio da insignificância, pois o crédito tributário suprimido não superou o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ fls. 641/649) e o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial (e-STJ fls. 652/655).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 709/714).

É o relatório. Decido.

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

O recurso não merece acolhida.

Primeiramente, é inevitável observar o descabimento do recurso especial para veicular tese de violação de dispositivo constitucional. A via recursal eleita é inadequada para abrir discussão sobre o malferimento ou não do art. 109, I, da CF, porquanto ao Superior Tribunal de Justiça não foi atribuída a missão de interpretar os preceitos da Lei Maior, cabendo esse dever ao Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.
SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE JUSTA
CAUSA. INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVO
CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.*

I - Os delitos de apropriação indébita previdenciária e de

sonegação de contribuição previdenciária, previsto nos arts. 168-A e 337-A, ambos do Código Penal, ostentam natureza de delito material, consumando-se apenas na data da constituição definitiva do crédito tributário. Assim, a ausência de comprovação da constituição do crédito impede o reconhecimento da justa causa para a ação penal.

II - Em sede de recurso especial, é inviável qualquer discussão a respeito de violação de dispositivos constitucionais.

Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1416220/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 20/09/2017)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE EM ÂMBITO DE RECURSO ESPECIAL. CONFISSÃO QUALIFICADA. ATENUANTE GENÉRICA. INCIDÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE.

1. O julgamento monocrático do agravo em recurso especial, com esteio em óbices processuais e na jurisprudência dominante desta Corte, tem respaldo nas disposições do CPC e do RISTJ.

2. Ao STJ é vedada a análise de violação a dispositivos constitucionais, uma vez que essa competência é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal, pela via do recurso extraordinário.

3. Incide a atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal na hipótese em que o réu confessa a autoria do delito, ainda que aliada a causa excludente de ilicitude ou culpabilidade - a chamada confissão qualificada.

4. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, é defeso, em âmbito de agravo regimental, ampliar a quaestio veiculada nas contrarrazões ao recurso especial.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1557653/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 25/09/2017)

Demais disso, cuida observar, ainda, que a matéria regulada pelos artigos 108, §1º, e 109 do CPP – competência jurisdicional – sequer foi debatida junto ao Tribunal de origem, ressentindo a pretensão recursal, assim,

do imprescindível prequestionamento, que torna inviável a análise postulada, sob pena de supressão de instância. Incidência, por analogia, do óbice da Súmula 356/STF – *O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.*

De toda maneira, apenas para fins de registro, saliento que a 3ª Seção desta Corte Superior, reexaminando a questão da necessidade, ou não, de indícios de transnacionalidade na conduta do acusado de contrabando, para definição da competência da Justiça Federal, no julgamento do Conflito de Competência n. 160.748/SP, de Relatoria do Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, reafirmou o entendimento de que “*o crime de contrabando, tal como o delito de descaminho, tutela prioritariamente interesse da União, que é a quem compete privativamente (arts. 21, XXII, e 22, VII, ambos da CF) definir os produtos de ingresso proibido no país, além de exercer a fiscalização aduaneira e das fronteiras, mediante atuação da Receita Federal e da Polícia Federal*”.

Sob esse prisma, evidenciado o nítido interesse da União na tutela dos bens jurídicos tutelados tanto no delito de contrabando quando no de descaminho, acordou a 3ª Seção, por unanimidade, que tais delitos são da competência federal, independentemente da existência de indícios de transnacionalidade. Segue a ementa do julgado:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. CONTRABANDO DE CIGARROS. DISSENSO ACERCA DA NECESSIDADE DE INDÍCIOS DE TRANSNACIONALIDADE NA CONDUTA DO AGENTE PARA FINS DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESNECESSIDADE. SÚMULA 151/STJ. ORIENTAÇÃO QUE DEVE PREVALECER, A PAR DE PRECEDENTES RECENTES EM SENTIDO DIVERSO. CRIME QUE TUTELA INTERESSE DA UNIÃO.

1. A jurisprudência desta Corte orientava para a competência da Justiça Federal para o julgamento dos crimes de contrabando e

descaminho (Súmula 151/STJ), até que julgado (CC n. 149.750/MS, de 26/4/2017), fundado em conflito que debateu crime diverso (violação de direito autoral), modificou a orientação sedimentada, para limitar a competência federal, no caso de contrabando, às hipóteses em que for constatada a existência de indícios de transnacionalidade na conduta do agente.

2. Consolidada a nova compreensão, sobreveio o julgamento do CC n. 159.680/MG (realizado em 8/8/2018), no qual a Terceira Seção entendeu pela competência federal para o julgamento do crime de descaminho, ainda que inexistentes indícios de transnacionalidade na conduta.

3. Tal orientação, no sentido da desnecessidade de indícios de transnacionalidade, deve prevalecer não só para o crime de descaminho, como também para o delito de contrabando, pois resguarda a segurança jurídica, na medida em que restabelece a jurisprudência tradicional; além do que o crime de contrabando, tal como o delito de descaminho, tutela prioritariamente interesse da União, que é a quem compete privativamente (arts. 21, XXII, e 22, VII, ambos da CF) definir os produtos de ingresso proibido no país, além de exercer a fiscalização aduaneira e de fronteira.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, o suscitante.

(CC n. 160.748/SP, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Terceira Seção do STJ, unânime, julgado em 26/09/2018, DJe de 04/10/2018)

O recorrente afirma a nulidade do decreto condenatório, sob o argumento de que fundado em capitulação jurídica diversa da que a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal atribuiu ao fato delitivo.

Da descrição fática contida na peça acusatória se extrai a seguinte imputação (e-STJ fl. 86):

Consta das inclusas peças informativas que, no dia 04 de fevereiro de. 2009, por volta das 19h, o denunciado SÉRGIO foi surpreendido mantendo em depósito 4.720 (quatro mil, setecentos e vinte) maços de cigarro de origem estrangeira, e, assim, de modo consciente e voluntário, adquiriu, recebeu, manteve em depósito e utilizou em proveito próprio e alheio, no exercício de atividade comercial, mercadorias de procedência estrangeira que sabia ser produto de importação clandestina no

território nacional, bem como desacompanhadas de documentação legal que comprovasse a sua regular internação no território nacional. (Original sem destaques)

A sentença penal condenatória, por sua vez, quando atribuiu ao fato a capitulação própria do crime de contrabando, afastando, com isso, a incidência do princípio da insignificância, fê-lo pelos seguintes motivos (e-STJ fls. 472/475):

A materialidade do delito está bem comprovada pelos Autos de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de fls. 10/12 e 25/27 destes autos, bem como pelo Auto de Exibição e Apreensão de fls. 18 destes autos.

A autoria também é incontroversa, posto bem esclarecida pelas testemunhas Emerson Alexandre (fls. 131) e Edward Luciano Vansulin (fls. 130). Emerson asseverou de forma textual e incontroversa que adquiriu cigarros diretamente do acusado e na residência do mesmo. Edward é policial militar, e participou da apreensão da mercadoria, que segundo ele, foi localizada no interior da residência do acusado.

A somatória dos elementos de convicção acima indicados são mais que suficientes para embasar um decreto condenatório.

Em suas alegações finais, o acusado se bate pela absolvição indicando inclusive que seu pai, Sr. Natal, teria assumido a propriedade dos cigarros contrabandeados. Tal versão está nas fls. 16 dos autos, que contém o histórico do Boletim de Ocorrência. Ali está consignado que:

"Durante a confecção deste auto, compareceu também nesta unidade o Sr. Natal Cortez, pai de Sérgio e alegou que as mercadorias apreendidas lhe pertencem, apesar de estarem na casa de seu filho Sérgio. "

A versão acima, no entanto, não merece credibilidade. A um, por estar contida apenas na fase administrativa do apuratório, não cuidando a defesa de reitera-la em juízo. E a dois, pela evidente parcialidade de qualquer versão veiculada pelo genitor do acusado, pessoa que não se submete às sanções legais cominadas ao falso testemunho.

Mas para além disso, ainda que admitindo, por amor ao argumento, que o genitor do acusado fosse o proprietário dos cigarros, ainda assim está presente a tipicidade das condutas perpetradas por Sérgio. Isso porque a redação da alínea "c" do art. 334 do Código Penal, na redação anterior à Lei 13.008/20014, prevê como um de seus tipos a ação de manter

em depósito a mercadoria contrabandeada. E que serão mantinha os cigarros em depósito, na sua própria residência, é incontroverso nos autos.

Não se fala, também, em atipicidade por insignificância e/ou extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo supostamente devido. Isso porque não estamos aqui a tratar de descaminho, mas sim de contrabando, já que a importação de cigarros do vizinho Paraguai é conduta vedada pela legislação de regência da espécie. Tanto isso é verdade que em situações como a presente, sequer existe lançamento fiscal por parte das autoridades fazendárias, que se limitam à apreensão e posterior destinação da mercadoria contrabandeada sem que haja, repita-se, lançamento fiscal dos tributos supostamente devidos.

E por essa razão que o documento de fls. 91 é um nada, já que tributo algum foi lançado em desfavor do acusado. Como o requerido chegou ao valor ali consignado, só ele pode explicar. E mesmo o código de receita ali lançado sequer diz respeito a tributo, mas sim a "multa aplicada pelo setor aduaneiro - com redução". Nada a ver, portanto, com tributos relativos à ilegal operação de importação e seus desdobramentos já em território nacional, já que sanção pecuniária não é tributo.

Na mesma senda a alegada insignificância. No contrabando, questões outras que não o simples montante econômico do tributo elidido devem ser valorados. E isso é tão mais verdade quando tratamos do contrabando de uma droga extremamente danosa à saúde, como o cigarro. Apesar de legalmente produzido em território nacional, essa produção é submetida a todo um regime fiscal voltado ao desestímulo de seu consumo, bem como à fiscalização dos órgãos de saúde e sanitários, destinada à preservação da qualidade e características no tabaco nacional. Mas só Deus sabe o que vem dentro dos cilindros paraguaios, e quão danoso à saúde pública esse produto pode ser. Portanto, aqui nada há de insignificante.

O TRF da 3ª Região, julgando o apelo da defesa, manteve a condenação, acrescentando, quanto à tese de violação do princípio da congruência, a seguinte ideia (e-STJ fls. 578/579):

O MM magistrado a quo, em sua sentença, mediante fundamentação, entendeu possível a condenação de Sérgio de Medeiros Cortez como incurso nas penas do artigo 334, §1º, alíneas "c" e "d", do Código Penal (redação anterior à Lei nº 13.008/14), ou seja, pela prática do delito de contrabando e não descaminho, conforme alega o apelante de ter sido acusado.

No entanto, vale destacar que é possível dar-se nova capitulação aos fatos descritos pela denúncia, dado que, em razão do princípio da congruência ou da correlação entre a acusação e a sentença - garantia processual que restringe a atuação do órgão julgador em prol dos postulados do contraditório, da imparcialidade, da inércia da jurisdição e do postulado acusatório constitucionalmente previsto - não é vedado ao órgão julgador dar nova capitulação aos fatos narrados pela denúncia, ainda que, em razão dessa nova capitulação implique maior pena ao acusado (CPP, artigo 383).

No caso em tela, verifica-se que o nobre julgador sentenciante não atribuiu e sequer alterou os fatos constantes na denúncia, porém, agindo nos limites da legislação, sustentou o seu entendimento sobre a matéria apreciada, senão vejamos:

[...]

Não há falar em vício do julgamento, uma vez que houve apenas nova capitulação acerca da descrição dos fatos, ato plenamente válido pela legislação penal, conforme preceitua o artigo 383, do Código de Processo Penal.

Outrossim, não identifiquei nulidade do processo por inépcia da denúncia, pois a inicial acusatória narra os elementos necessários que descrevem a conduta ilícita do apelante, aponta as circunstâncias da configuração da materialidade do delito, bem como os indícios de autoria, o que permitiu claramente o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Original sem destaques)

Com efeito, da leitura dos excertos acima transcritos é possível perceber que não houve, em momento algum, adição ou alteração do fato narrado pela denúncia. Portanto, descabido mesmo se pensar em ofensa ao princípio da correlação entre a acusação e a condenação ou, ainda, em julgamento *extra petita*.

Demais disso, importante assinalar que a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que o réu se defende dos fatos delimitados pela denúncia, e não da capitulação jurídica atribuída pelo órgão de acusação. Nesse sentido:

PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA O JULGAMENTO DOS EMBARGOS

INFRINGENTES E DE NULIDADE. DEFENSOR DEVIDAMENTE INTIMADO. ADIAMENTO. DUAS SESSÕES SUBSEQUENTES. DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. OCORRÊNCIA. FATOS NÃO DESCRITOS DEVIDAMENTE NA INICIAL ACUSATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Esta Corte de Justiça firmou entendimento no sentido de ser prescindível nova intimação da Defensoria Pública no caso de adiamento do julgamento de recurso para duas sessões subsequentes.

Precedentes.

2. *Nos termos da orientação jurisprudencial deste Sodalício, o acusado se defende dos fatos narrados na denúncia e não da capitulação jurídica nela contida.* 3. Dessa forma, descrito na inicial acusatória que o réu "trazia consigo" os entorpecentes, e tendo o Tribunal estadual condenado o paciente por "manter em depósito" as drogas, as quais eram mantidas em um muro de um beco próximo, não sendo tais fatos narrados pelo órgão ministerial, é de rigor o reconhecimento da violação ao princípio da correlação.

3. Prejudicada a análise referente à dosimetria.

4. Habeas corpus concedido para reconhecer a violação ao princípio da correlação, com a absolvição do paciente.

(HC 442.971/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 01/10/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. TIPIFICAÇÃO LEGAL INADEQUADA. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO À CAPITULAÇÃO JURÍDICA DADA AOS FATOS PELA AUTORIDADE POLICIAL.

O Ministério Público não está vinculado à capitulação jurídica dada aos fatos pela autoridade policial, de modo que se o membro da acusação entende que se está diante de tráfico de drogas e não de porte ou posse para consumo próprio, não há óbices a que proceda a denúncia tipificando a conduta pelo art. 33 da Lei de Drogas.

DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPUTAÇÃO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. MOMENTO INAPROPRIADO. RÉU QUE SE DEFENDE DOS FATOS. EMENDATIO LIBELLI. ARTIGO 383 DO CPP. ADEQUAÇÃO NA SENTENÇA. INSURGÊNCIA IMPROVIDA.

1. Nos termos da jurisprudência assente deste Sodalício, o réu se defende dos fatos e não da capitulação legal trazida pelo órgão acusador na denúncia, de modo que o momento adequado para o ajuste da tipificação é o da prolação da sentença, porquanto o juiz, após percuciente análise dos fatos e provas carreados aos autos, poderá entender que o fato criminoso descrito na inicial acusatória merece outra definição jurídica e, valendo-se da emendatio libelli, conforme disposto no art. 383 do Código de Processo Penal, aplicará a correta tipificação penal para conduta analisada.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1283116/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)

Finalmente, com relação ao pleito de incidência do princípio da insignificância ao caso concreto, insta ressaltar que as Turmas que compõem a 3ª Seção desta Corte pacificaram o entendimento de que não cabe aplicar referida causa supralegal de exclusão da tipicidade ao crime de contrabando, inclusive de cigarros, ante a inafastável reprovabilidade da conduta, que ofende a saúde e a segurança públicas. Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONTRABANDO DE CIGARROS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REQUISITO: MÍNIMA OFENSIVIDADE. NATUREZA DO BEM JURÍDICO SAÚDE PÚBLICA.

1. Os requisitos para aplicação do princípio da insignificância são: mínima ofensividade da conduta do agente, reduzida periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. O contrabando de cigarros ofende a saúde pública, bem que, por sua natureza, não admite gradação na aferição da violação.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 547.508/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 23/4/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. INCURSÃO NA SEARA

FÁTICO-PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA.
CONTRABANDO. CIGARRO. PRODUTO DE
COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA NO TERRITÓRIO
NACIONAL. PRINCÍPIO DA
INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ALTO GRAU DE
REPROVABILIDADE DA CONDUTA. AGRAVO
REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. De acordo com o art. 557, § 1.º-A, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 3.º do Código de Processo Penal, é possível ao Relator dar provimento ao recurso, com fundamento na jurisprudência dominante, de forma monocrática, não ofendendo, assim, o princípio da colegialidade. Ademais, com a interposição do agravo regimental, fica superada a alegação de nulidade pela violação ao referido princípio, ante a devolução da matéria à apreciação pelo Órgão Julgador. Precedentes.

2. Não se verifica indevida incursão na seara fático-probatória quando o decisum atacado, afastou a aplicação do princípio da insignificância após mera reavaliação do contexto probatório, tal como estabelecido nas instâncias ordinárias. A conclusão foi calcada exclusivamente na identificação dos bens jurídicos tutelados no tipo penal de contrabando, de modo a entender que não apenas a ordem tributária estava ali protegida, mas também o interesse estatal de impedir a entrada e a comercialização de produtos proibidos em território nacional.

3. É inaplicável o princípio da insignificância ao crime de contrabando, onde o bem juridicamente tutelado vai além do mero valor pecuniário do imposto elidido, alcançando também o interesse estatal de impedir a entrada e a comercialização de produtos proibidos em território nacional. Precedentes do STJ e do STF.

4. Nessa linha, a introdução de cigarros em território nacional é sujeita à proibição relativa, sendo que a sua prática, fora dos moldes expressamente previstos em lei, constitui o delito de contrabando e não descaminho, inviabilizando a incidência do princípio da insignificância.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp. 1.399.327/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 27/3/2014, DJe 3/4/2014)

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO JULGADOR. POSSIBILIDADE. CONTRABANDO DE CIGARROS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

1 - Não viola o princípio da colegialidade a apreciação, pelo relator, do mérito do recurso especial, quando obedecidos os

requisitos de sua admissibilidade e observada a jurisprudência dominante desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

2 - A importação não autorizada de cigarros constitui o crime de contrabando, insuscetível de aplicação do princípio da insignificância.

3 - Afastada a atipicidade da conduta, deve o processo retornar à instância de origem para o prosseguimento do feito.

4 - Agravo regimental parcialmente provido, para reconsiderar tão somente a parte da decisão no ponto em que determinou o retorno dos autos ao tribunal de origem, para que se proceda à dosimetria da pena, devendo os autos retornarem ao juízo de origem para seu normal prosseguimento. (AgRg no AREsp. 302.161/PR, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 4/9/2014, DJe 15/9/2014)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE CONTRABANDO. ART. 334 DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO REFERIDO POSTULADO AO CONTRABANDO DE CIGARROS. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE.

- É pacífico neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não viola o princípio da colegialidade a apreciação unipessoal, pelo relator, do mérito do recurso especial, quando obedecidos todos os requisitos para a sua admissibilidade, bem como observada a jurisprudência dominante desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal. Inteligência do art. 557 do Código de Processo Civil - CPC, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal - CPP.

- O entendimento proferido pelo Tribunal de origem encontra-se em desacordo com a jurisprudência dessa Corte e do Supremo Tribunal Federal firme no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância às hipóteses de contrabando de cigarros.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp. 1.435.541/RS, Rel. Min. ERICSON MARANHÃO (Desembargador Convocado do TJ/SP), Sexta Turma, julgado em 9/12/2014, DJe 19/12/2014).

Incidência da Súmula 568/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III e VIII, do CPC c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", parte final, do RISTJ, **conheço** do agravo para **conhecer parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, **negar-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

